

Impasse distributivo

A firme administração dos recursos públicos de uma nação constitui um dos pressupostos indispensáveis para o alcance dos estágios da credibilidade governamental e da estabilidade monetária. O atual plano de estabilização, inclusive, destaca a desordem nas finanças públicas como causa principal do processo inflacionário brasileiro.

A opção pelo equilíbrio, quando não possível, o superávit, nas contas públicas, conforme defendido pela atual equipe econômica, tem prevalecido fundamentalmente nos gastos da área social.

A deterioração da saúde pública e o baixíssimo valor do salário mínimo constituem exemplos inquestionáveis de como parcela expressiva da população é prejudicada em nome da busca do equilíbrio orçamentário. Essa regra, contudo, não tem sido aplicada com o mesmo rigor para outros importantes gastos do Tesouro Nacional. O estabelecimento de taxas elevadas de juros reais e, por consequência, o aumento no endividamento financeiro do setor público indicam o tratamento diferenciado nas despesas orçamentárias.

Conforme dados divulgados recentemente pelo Banco Central, o estoque da dívida pública alcançou o valor de US\$ 57,18 bilhões em maio último. Somente no primeiro quadrimestre deste ano, a dívida pública cresceu 31,5% em termos reais, o que significa um adicional de encargos financeiros da ordem de US\$ 13,70 bilhões nas contas públicas.

Grosso modo, essa quantia corresponde ao pagamento de um salário mínimo equivalente a R\$ 95,80 pela Previdência Social a todos os aposentados e pensionistas com piso de até um salário mínimo durante o período de um ano, acrescido do décimo terceiro salário.

Considerando os recursos disponíveis na Previdência Social para atender aos compromissos com o atual salário mínimo, o piso das aposentadorias e pensões poderia ser elevado para R\$ 160,59 mensais. O simples exercício com os dados do endividamento do setor público não leva em conta a composição temporal da dívida e a sua distribuição entre as esferas do poder público (União, Estados e municípios).

Na realidade, serve apenas para colocar elementos novos que pos-

sibilitam o questionamento da opção governamental pelo equilíbrio nas contas públicas federais, através de cortes nos gastos operacionais (custeio e investimento).

Com essa estratégia governamental, o resultado é duvidoso, já que todo esforço no ajuste das finanças públicas federais pode ser comprometido com as taxas de juro atualmente praticadas. Ressalte-se também que a queda de apenas 1% na taxa real de juros permite gerar uma economia de recursos públicos equivalente ao pagamento adicional de R\$ 4,00 (quatro reais) para cada um dos cerca de 11 milhões de pensionistas e aposentados da Previdência Social que recebem o salário mínimo. Em nome dessa opção conservadora, o Brasil pode se dar ao lu-

xo de praticar uma das mais elevadas taxas de juro e, ao mesmo tempo, um dos menores salários mínimos do mundo.

Hoje, a política do salário mínimo tem impacto sobre a renda familiar de um contingente expressivo de brasileiros, estimado em aproximadamente 1/4 de toda a população do País. De forma direta, a recuperação do salário mínimo atinge cerca de 3,1 milhões de trabalhadores assalariados com carteira assinada, mais 11 milhões de aposentados e pensionistas e, indiretamente, cerca de 5,9 milhões de empregados sem registro formal.

■ Sérgio Arbulu Mendonça é diretor técnico do Dieese e Marcio Pochmann é técnico do Dieese-SP.

